



**Governo do Estado de São Paulo  
Controladoria Geral do Estado  
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 009.00001966/2023-15

**Assunto:** Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

[

**SECRETARIA:** Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

**UNIDADE:** Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso integral quanto ao que foi apurado pelo presidente da Comissão de Apuração nomeado por meio da Portaria ETEC 144, de 3 de janeiro de 2020. Pedido atendido. Não conhecimento.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00319/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso, o órgão informou ao requerente que a unidade processante encaminhou as cópias integrais dos SPDOC 1037011/2018 e SPDOC 518199/2019, bem como deixou a disposição os processos físicos para que possa dar vistas. Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público



da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.

3. Em análise do caso concreto, verifica-se que a solicitação realizada se trata de uma dúvida na qual o solicitante demonstrou sua insatisfação relativa à conduta da unidade processante, não configurando, portanto, um pedido de acesso à informação com base na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI).
4. Nesse sentido, cabe destacar, que a Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado e a Controladoria-Geral da União possuem entendimento já firmado, asseverando que “a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. (Referência: 48700.000688/2014- 71, Órgão ou entidade recorridos: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).
5. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, com alterações posteriores.
6. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 20 de setembro de 2023.

**Valmir Gomes Dias**

Coordenação de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador

Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias**,  
**Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço  
Público**, em 20/09/2023, às 19:00, conforme horário oficial de  
Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10  
de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site